

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.402 - SP (2018/0329078-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : WILSON CARLOS ALVES
ADVOGADOS : EDSON ALVES DOS SANTOS - SP158873
JEAN CARLOS FERREIRA E OUTRO(S) - SP358117
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO. APURAÇÃO DE VALORES. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por Wilson Carlos Alves contra decisão proferida pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que negou seguimento ao seu recurso especial, ante ao óbice da Súmula 7/STJ.

Em sua minuta de agravo, sustenta o agravante que há plausibilidade do seu recurso especial, uma vez que a análise do pleito recursal não demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

O prazo para apresentação de contraminuta ao agravo em recurso especial transcorreu *in albis*.

O recurso especial que se pretende o seguimento, impugna acórdão assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO ERRO. SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO.

I - Prevê o art. 300, caput, do novo CPC, que a tutela de urgência será concedida quando houver provas que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

II - O agravante não apresentou elementos suficientes que evidenciem a probabilidade do direito. Não há nos autos qualquer documento apto a comprovar os efetivos salários-de-contribuição percebidos nas competências de 01/1997 a 12/1997 e 11/2004 a 12/2004, tampouco apresenta demonstrativo discriminado do crédito, na forma do artigo 534 do NCP.

III - Agravo de instrumento interposto pela parte exequente improvido.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente, ora agravante, alega que houve ofensa aos artigos 1º, 188, 371, 534 e 535, todos do CPC/1973, uma vez que houve erro na apuração dos valores dos salários de contribuição contidos no período básico de cálculo do benefício, referentes às competências de janeiro/1997 a dezembro/1997 e de novembro/2004 a dezembro/2004. Ressalta que o fato está comprovado através das anotações salariais em sua CTPS.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso especial transcorreu *in albis*.

Noticiam os autos que Wilson Carlos Alves interpôs agravo de instrumento

contra decisão que indeferiu pedido para que o INSS fosse intimado para cumprir corretamente a implantação do benefício, tendo em vista o erro nos valores dos salários de contribuição.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo de instrumento, nos termos da ementa supratranscrita.

Wilson Carlos Alves opôs embargos de declaração, rejeitados.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

O agravante impugnou devidamente o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

A questão recursal gira em torno dos valores dos salários de contribuição aferidos pelo INSS, nas competências de janeiro/1997 a dezembro/1997 e de novembro/2004 a dezembro/2004.

Quanto à questão, o Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto probatório dos autos, concluiu que o recorrente, ora agravante, não apresentou nenhum documento apto a comprovar os efetivos salários de contribuição percebidos nos períodos em comento, conforme se observa do seguinte trecho do julgado, *in verbis*:

No caso em apreço, não vislumbro presentes os requisitos para a reforma da decisão agravada, mormente porquanto ausentes os elementos que evidenciam a probabilidade do direito. Com efeito, o agravante não apresenta qualquer documento apto a comprovar os efetivos salários-de-contribuição percebidos nas competências de 01/1997 a 12/1997 e 11/2004 a 12/2004, tampouco apresenta demonstrativo discriminado do crédito, na forma do artigo 534 do NCPC,

Nesse contexto, os argumentos utilizados para fundamentar a pretensão trazida no recurso especial somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o reexame de matéria fática, o que é vedado ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Ilustrativamente:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. BENEFÍCIO CONCEDIDO NA VIGÊNCIA DA CF/88 E ANTES DA LEI N. 8.213/91. REVISÃO DA RMI. ART. 144, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.213/91. INEXATIDÃO DOS CÁLCULOS DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. O juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos quando já encontrou motivos suficientes para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu.

2. Modificar o acórdão recorrido, como pretende o agravante, no sentido de reconhecer a inexatidão dos cálculos de seus últimos salários de contribuição, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em vista do óbice da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 190.257/MG, Segunda Turma, Relator Ministro Humberto Martins, julgado em 21/8/2012, DJe 28/8/2012)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. RECURSO NÃO CONHECIDO PELA PRESIDÊNCIA EM RAZÃO DE ÓBICES SUMULARES. POSSIBILIDADE DE MITIGAÇÃO DOS VERBETES OBSTRUTIVOS. NÃO É POSSÍVEL, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, ALBERGAR A TESE DE INCORREÇÃO DOS CÁLCULOS REALIZADOS PELA CONTADORIA JUDICIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DESTA CORTE. AGRAVO INTERNO DA SEGURADA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não é possível, em sede de Recurso Especial, a análise da suficiência ou não de provas para comprovação do direito alegado.

2. A Corte de origem consignou que a Autarquia Previdenciária informou não ter localizado, na agência concessora, o Procedimento Administrativo concessório do benefício que se pretende revisar, ressaltando, contudo, que os cálculos foram realizados com a relação de salários de contribuição trazidos pela própria autora. Rechaçando, assim, qualquer incorreção nas contas elaboradas pela Contadoria Judicial.

3. Assim, não é possível, em sede de Recurso Especial, rever as premissas adotadas pelo Tribunal de origem relativamente aos cálculos do contador, para fins de verificação de possível incorreção, ante o óbice contido nos termos da Súmula 7/STJ.

4. Agravo Interno da Segurada a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no AREsp 862.810/RJ, Primeira Turma, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 27/6/2017, DJe 2/8/2017)

Ante o exposto, com fulcro no artigo 932, III, do CPC/2015 c/c o artigo 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator